

Sumário

Apresentação, ix

Prefácio, xi

Nota da autora, xiii

1 Introdução, 1

1.1 Processo coletivo como vertente do acesso à justiça, 3

1.2 Microsistema de processos coletivos e a execução por quantia certa, 5

1.3 Processo sincrético às obrigações de pagar, 9

2 Cumprimento de Sentença Condenatória de Obrigação de Pagar na Tutela de Direitos Difusos e Coletivos, 11

2.1 A tutela dos direitos difusos e coletivos no sistema brasileiro, 12

2.2 Sentença coletiva, 15

2.2.1 A sentença condenatória após a Lei nº 11.232/2005, 15

2.2.2 Sentença e coisa julgada, 30

2.2.3 Sentença coletiva: pedido genérico e liquidez, 35

2.3 Liquidação, 38

2.3.1 Formas de liquidação, 41

2.4 Execução, 45

2.4.1 As alterações da Lei nº 11.232/2005, 47

2.4.2 Legitimidade, 51

- 2.4.2.1 Legitimidade concorrente e disjuntiva, 52
- 2.4.2.2 Legitimidade ordinária ou extraordinária, 53
- 2.4.2.3 Legitimidade no cumprimento da sentença coletiva, 55
- 2.4.3 Competência, 57
- 2.4.4 Prescrição da pretensão executória, 58
- 2.4.5 Técnica processual para efetivação das obrigações de pagar, 59
- 2.4.6 Primazia da tutela específica na defesa de direitos difusos e coletivos e a conversão em perdas e danos, 65
- 2.4.7 Execução provisória, 76
- 2.4.8 Custas e sucumbência, 78

3 Cumprimento de Sentença Condenatória de Obrigação de Pagar na Tutela de Direitos Individuais Homogêneos, 83

- 3.1 *A class action for damages* do direito norte-americano: a inspiração da tutela dos direitos individuais homogêneos no ordenamento brasileiro, 83
- 3.2 A tutela dos direitos individuais homogêneos, 88
 - 3.2.1 Abrangência material dos direitos individuais homogêneos, 93
- 3.3 Legitimidade, 94
 - 3.3.1 Legitimidade na fase cognitiva, 94
 - 3.3.2 Legitimidade no cumprimento da sentença, 105
 - 3.3.2.1 Legitimidade individual, 105
 - 3.3.2.2 Legitimidade coletiva, 107
 - 3.3.3 Ponderações sobre o tema, 110
- 3.4 Competência, 111
- 3.5 Sentença genérica, 112
 - 3.5.1 Efetividade e publicidade da sentença, 117
- 3.6 Cumprimento individual da sentença, 117
- 3.7 Cumprimento coletivo da sentença, 127
- 3.8 Prescrição da pretensão executória, 128
- 3.9 Execução de direitos individuais homogêneos a partir da sentença condenatória de direitos difusos e coletivos, 129

4 Fundo de Recomposição de Direitos Difusos e Reparação Fluida no Sistema Brasileiro, 132

4.1 A recomposição dos direitos difusos e coletivos e o fundo, 133

4.2 Direitos individuais homogêneos e reparação fluida, 135

4.3 Fundo federal, 142

4.4 Fundo estadual paulista, 150

5 Conclusão, 154

Bibliografia, 169